

CONSTRUINDO O “DISCURSO” DO PATRIMÔNIO: DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E INSTITUTOS NACIONAIS A UMA RELAÇÃO PROFUNDA ENTRE O HOMEM E O PATRIMÔNIO O CASO DO MAROLO, EM PARAGUAÇU, MINAS GERAIS

Luciana Menezes de Carvalho

Museu da Memória e Patrimônio, Universidade Federal de Alfenas
Minas Gerais, Brasil

Tereza Cristina Scheiner

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio
(PPG-PMUS – UNIRIO/MAST), RJ, Brasil

Resumo

O objetivo do trabalho é apresentar o processo de construção de uma narrativa sobre o patrimônio. Como ponto de partida, analisa-se a origem do conceito de patrimônio para em seguida relacionar alguns conceitos de patrimônio oriundos de documentos oficiais da UNESCO, de órgãos federais do Brasil e, com um enfoque voltado para a realidade latino-americana, de documentos produzidos ao final de cada encontro do Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe – ICOFOM LAM. Esses documentos vêm contribuindo para a construção de um “discurso oficial” sobre o patrimônio. Apresenta-se também o que poderia ser chamado de discurso “extra-oficial” do patrimônio, abordando a relação de cada indivíduo e/ou comunidade com o patrimônio por meio dos sentidos, movimento através do qual se constitui uma relação e uma narrativa “diferenciadas” sobre o tema. Como estudo de caso, focaliza-se a relação da cidade de Paraguaçu, no Sul do Estado de Minas Gerais, com o *Marolo* – fruto típico do cerrado, base de inúmeras receitas, transmitidas de geração em geração. Em dezembro de 2009, o Conselho de Patrimônio Cultural de Paraguaçu nomeou as receitas feitas à base deste fruto como patrimônio imaterial do Município.

Palavras-chave: Museu. Museologia. Patrimônio. Discurso. ICOFOM LAM. Paraguaçu. Marolo.

CONSTRUYENDO EL “DISCURSO” DEL PATRIMONIO: LAS ORGANIZACIONES INTERNACIONALES Y LOS INSTITUTOS NACIONALES, UNA RELACIÓN PROFUNDA ENTRE EL HOMBRE Y EL PATRIMONIO: EL CASO DEL MAROLO, EN PARAGUAÇU, MINAS GERAIS

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo presentar el proceso de construcción de una narración focalizada en el patrimonio. Como punto de partida, se analiza el origen del concepto patrimonio para relacionar luego algunas ideas originadas en documentos oficiales de la UNESCO y en órganos federales de Brasil, con un enfoque dirigido hacia la realidad latinoamericana, latente en los documentos producidos al final de cada Encuentro del Subcomité Regional del ICOFOM para América latina y el Caribe (ICOFOM LAM). Estos documentos han contribuido a la construcción de un *discurso oficial* sobre el patrimonio. Se presenta también lo que podría llamarse el discurso *extra-oficial* del mismo al abordar la relación de cada individuo y/o comunidad con su patrimonio a través de los sentidos. Por medio de este movimiento se constituyen una relación y una narrativa *diferenciadas* sobre el tema.

Como *caso de estudio*, se encara la relación de la ciudad de Paraguaçu -en el Sur del Estado de Minas Gerais- con el *marolo*, fruto típico de lugares cercados, base de innumerables recetas culinarias transmitidas de generación en generación. En diciembre de 2009, las recetas hechas a base de este fruto fueron declaradas Patrimônio Inmaterial del Municipio por el Consejo de Patrimonio Cultural de Paraguaçu.

Palabras clave: Museo. Museología. Patrimonio. Discurso. ICOFOM LAM. Paraguaçu. Marolo.

**BUILDING THE “SPEECH” OF HERITAGE:
THE INTERNATIONAL ORGANIZATIONS
AND THE NATIONAL INSTITUTES.
A PROFOUND RELATIONSHIP BETWEEN MAN AND HERITAGE
THE MAROLO CASE IN PARAGUAÇU, MINAS GERAIS**

Abstract

The objective of this paper is to present the process of construction of a narrative on heritage. It starts by analyzing the origin of the concept of heritage, relating it with those from the official UNESCO documents and the Federal Brazilian institutions, focusing on the Latin American reality, inspired on the final documents of each meeting of the *Regional Subcommittee for Museology in Latin America and the Caribbean – ICOFOM LAM*. Such documents have contributed to the development of an *official discourse* about heritage. An *extra-official discourse* also results when considering the relationship between each individual and/or community with their heritage through *senses*. This movement has permitted the development of *differentiated* relations and narratives on the topic.

As a case study, the paper focuses on the relationship of the inhabitants of the city of Paraguaçu, in the Southern part of the State of Minas Gerais, Brazil, with the *marolo* -a typical Brazilian fruit from fenced areas - as the base of several recipes, transmitted along generations. In December 2009, the *Council of Cultural Heritage* in Paraguaçu has declared the recipes based on this fruit as *Immaterial Heritage of the County*.

Key words: Museum. Museology. Heritage. Discourse. ICOFOM LAM. Paraguaçu. Marolo.

CONSTRUINDO O “DISCURSO” DO PATRIMÔNIO: DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E INSTITUTOS NACIONAIS A UMA RELAÇÃO PROFUNDA ENTRE O HOMEM E O PATRIMÔNIO O CASO DO MAROLO, EM PARAGUAÇU, MINAS GERAIS

Luciana Menezes de Carvalho

Museu da Memória e Patrimônio, Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais, Brasil

Tereza Cristina Scheiner

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS – UNIRIO/MAST), RJ, Brasil

Considerações iniciais – Origem do conceito de Patrimônio

Vivemos numa sociedade onde a maioria dos objetos – e também das relações – têm sido tratados como “descartáveis”. O processo de mudanças e transformações acontece de maneira acelerada, como nunca visto antes na história da humanidade. Contudo, nenhum ser humano consegue viver o tempo todo *em mudança*, sendo necessário um lugar seguro, um “chão firme” para que não seja levado e desapareça, da mesma forma como seus objetos e relações. Para se sentirem vivos e seguros, alguns indivíduos recorrem a uma “volta às origens”, ao passado; outros se apegam a referências que lhes são importantes – sejam elas materiais ou imateriais. Estas têm o valor e o efeito de “rotas de fuga” (BAUMAN, 2001) do que aparentemente é inevitável. Poderíamos considerar o **Patrimônio** como “rota de fuga”- e é deste tema que trata o presente trabalho.

Iniciaremos apresentando algumas considerações sobre a origem e o desenvolvimento do conceito de patrimônio. Para Lima e Costa (2006, p. 243), o primeiro registro documental do termo encontra-se no Direito Romano, durante o período Republicano de Roma, na *Lei das XII Tábuas*. Segundo os autores, o termo apresentava, a princípio, seu sentido baseado em “*pater*” – que não envolveria a paternidade física, mas um valor social – posteriormente assumindo a forma *Patrimonium*¹, legando ao Direito, hoje, referência histórica (LIMA E COSTA, loc. cit.). Daí se teria originado a idéia de patrimônio como legado que se transmite através das gerações. Para Scheiner (2004) a idéia de patrimônio fundamenta-se essencialmente na imaterialidade e está ligada às percepções de tempo, espaço, matéria e movimento das diferentes culturas, ao longo do processo civilizatório - sendo, portanto, muito anterior ao Direito Romano. Mais que legado jurídico, o patrimônio seria um conjunto de valores essenciais à constituição e manutenção da identidade de cada grupo social - e portanto um conceito fluido, já que as identidades se modificam no tempo e no espaço. Patrimônio seria, então, o que cada indivíduo ou grupo reconhece e valoriza como *seu*. A vinculação entre a idéia de patrimônio e a idéia de permanência se apresenta, assim, sob diferentes combinações, em diferentes contextos histórico-sociais.

Analisando o conceito de patrimônio no âmbito da sociedade dita 'ocidental', Scheiner comenta que

[...]é justamente no século 18 que se percebe a **relação entre a idéia de patrimônio e a idéia de permanência**: quando o pensamento ocidental, já tendo incorporado a percepção do tempo na sua rede de significações, permite-se perceber as evidências do mundo desde o ponto de vista evolutivo; e a ciência, já dominando a prática da

classificação, consegue reportar o visível ao invisível, ligando cada coisa ao seu significado – com o auxílio da linguagem, que agora aparece segundo modos de ser múltiplos (SCHEINER, 2004, p. 79).

Esta é a idéia de patrimônio que se legitima pela Revolução Francesa, relativa ao conjunto de bens colocados à "disposição da Nação" (CHOAY, 2001, p. 98) a partir de um ato jurídico da Constituinte. Os primeiros bens móveis a serem colocados à disposição foram os do clero. Incluíam-se nesta categoria as antiguidades nacionais, as greco-romanas e, em alguns casos, registros contemporâneos à época. É importante destacar também a atribuição de valores feita ao patrimônio do período - segundo Françoise Choay (2001, p. 117) estes seriam, em ordem de importância: 1) o valor nacional, considerado fundamental; 2) o valor cognitivo, ligado à questão educativa e de "testemunhas irrepreensíveis da história"; 3) o valor econômico, fortíssimo e que continua forte até hoje; e 4) o valor artístico (CHOAY, loc. cit.). Baseado nestes atributos, o conceito de Patrimônio se amplia e passa a referir-se a um bem móvel, imóvel ou natural, que possua valor significativo para uma sociedade – valor estético, artístico, documental, científico, social, espiritual ou ecológico.

Scheiner (2004, p. 80) enfatiza que a relação organizada e 'oficial' com o patrimônio, constituída no período, ressalta o seu papel como instância de legitimação da existência de um passado (da natureza ou do homem), e também como evidência absoluta dos modos e formas através dos quais o humano se articula com o já existente. "Esta ligação com a origem, no entender de Foucault, é a outra forma que assume, no pensamento ocidental, a **compreensão da finitude** do humano - agora [...] situada [...] na própria compreensão de que tanto o saber como a existência são finitos" (Ibidem, p. 80-81). E diz ainda:

É fundamental considerar, aqui, o imenso potencial de significação político-social dos patrimônios. A Modernidade promoveu uma separação ontológica entre natureza e cultura, entre mito e razão e, finalmente, entre presente e passado - visando explicitar a apreensão do possível. E neste universo desenvolveu o conceito de *patrimônio*, como cristalização do fazer humano no tempo e como instância de legitimação da natureza enquanto objeto de pertencimento do homem. (...) **Patrimônio é, assim, o que foi produzido, criado, instituído** – o que faz prova da capacidade humana de habitar o mundo natural e, por meio dele, criar e desenvolver cultura. É neste sentido que se desenha e populariza o termo **patrimônio cultural** - conceito que está na base do uso do patrimônio como *retórica do passado* e que reifica a noção de *conjunto patrimonial* como núcleo fundador de espaços ocupados (SCHEINER, 2004, p. 152).

A preservação destes *modelos de patrimônio* se desenvolve como atividade sistemática, a nível mundial, no século XX, após a Primeira Guerra Mundial. E legitima o conceito de patrimônio ligado ao ato de preservar um lugar histórico e certos objetos - uma tarefa com o objetivo de guardar modelos "estéticos e simbólicos" de determinada sociedade. Sua "conservação inalterada" testemunharia a essência de um passado "glorioso" que sobrevive às mudanças, como afirma García Canclíni:

[...] o patrimônio é o lugar onde melhor sobrevive hoje a ideologia dos setores oligárquicos, quer dizer, o

tradicionalismo substancialista. Foram esses grupos [...] os que fixaram o alto valor de certos bens culturais: os centros históricos das grandes cidades, a música clássica, o saber humanístico. Incorporaram também alguns bens populares sob o nome de "folclore", marca que indicava tanto suas diferenças com respeito à arte quanto a sutileza do olhar culto, capaz de reconhecer até nos objetos dos "outros" o valor genericamente humano (GARCÍA CANCLÍNI, 1998, p. 160-161).

O autor declara ainda:

As únicas operações possíveis – preservá-lo, restaurá-lo, difundi-lo – são a base mais secreta da simulação social que nos mantém juntos. [...] A perenidade desses bens leva a imaginar que seu valor é inquestionável e torna-os fontes do consenso coletivo, para além das divisões entre classes, etnias e grupos que cindem a sociedade e diferenciam os modos de apropriar-se do patrimônio (Ibidem, p. 160).

Esta ordem de valores pode ser claramente percebida nos primeiros documentos sobre o patrimônio apresentados no século XX, principalmente no Brasil. Para entendermos melhor como se deu este processo, com o foco voltado para a América Latina, apresentaremos como o discurso acerca do Patrimônio está presente nestes documentos.

O "discurso oficial" do Patrimônio

É a partir da Primeira Guerra que se inicia sistematicamente a proteção do patrimônio em âmbito mundial. A primeira instituição responsável por esse trabalho foi a Sociedade das Nações², que idealizou um primeiro documento: a *Carta de Atenas*, tratando da proteção dos monumentos históricos. Um fato que merece destaque neste documento é a recomendação para que "se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, [...]". Contudo, é com a criação da UNESCO que a proteção do denominado *patrimônio mundial* se efetiva. Segundo Scheiner, o objetivo da UNESCO é "[...] trabalhar a cultura e a educação não como fins, mas enquanto meios a serviço do desenvolvimento e da paz mundial" (2004, p. 146). Vale ressaltar também que, no decorrer desta trajetória, passou-se de um "conceito materialista de patrimônio", que privilegiava os bens tangíveis de caráter móvel ou monumental e, em seguida, os sítios naturais e as paisagens para "[...] um conceito bastante amplo, que abrange todas as referências anteriores e ainda o patrimônio intangível" (SCHEINER, loc. cit).

No que se refere à América Latina, lembramos que, paralelamente à UNESCO, o Brasil aprovou, no ano de 1937, um Decreto-lei que efetivou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Definiu-se como patrimônio histórico e artístico nacional "[...] o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico"³.

O primeiro documento da UNESCO a ser redigido em solo latino-americano foi as *Normas de Quito*, em 1967, fruto de uma reunião da OEA – Organização dos Estados Americanos, visando a conservação e utilização

dos monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. Tratou-se de um documento voltado essencialmente para a preservação de monumentos – arquitetônicos e paisagísticos – e bens artísticos, com o objetivo de preservá-los frente à “[...] exploração exaustiva de seus recursos naturais e a transformação progressiva das suas estruturas econômico-sociais”⁴. Percebeu-se, com o tempo, que o patrimônio não poderia limitar-se a bens materiais, como afirmamos anteriormente. Na *Declaração do México*, promulgada em 1985), a “[...] comunidade internacional decidiu contribuir efetivamente para a aproximação entre os povos e a melhor compreensão entre os homens”⁵, declarando que Identidade cultural e diversidade cultural são indissociáveis e que as “[...] peculiaridades culturais não dificultam, mas favorecem a comunhão entre os povos. Por isso, constitui a mesma essência do pluralismo cultural o reconhecimento de múltiplas identidades culturais onde coexistem diversas tradições”⁶.

Ainda com relação a diversidade e identidade cultural, a *Carta de Cabo Frio*⁷ afirma que é preciso rever a história americana, reconhecendo o papel das populações do continente. Para garantir a autonomia das sociedades e culturas indígenas, é fundamental assegurar-lhes a posse e o usufruto exclusivo das terras e a preservação de suas línguas – fatores centrais de sua identidade.

Também no Brasil, o tema do patrimônio faz-se presente no texto de duas Constituições. Na *Constituição da República* de 1934, o Artigo 10 menciona que "Compete concorrentemente à União e aos Estados [...] III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão das obras de arte"⁸. A nova *Constituição da República*, em 1988, reafirma que é de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico brasileiro. O texto define como “[...] patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”⁹.

Outro ponto que merece atenção entre estes documentos situa-se na *Carta de Brasília*¹⁰, quando ressalta o caráter peculiar de nossa Região, que difere dos países europeus ou asiáticos de longa tradição como nações, pois nossa identidade foi submetida a mudanças, imposições, transformações que geraram dois processos complementares: a configuração de uma cultura sincretista e de uma cultura de resistência¹¹. Documento emblemático para a Museologia é ainda a *Carta de Mar del Plata sobre o Patrimônio Intangível* (1997), elaborada pelos países do MERCOSUL - onde se reitera a recomendação de que devemos “[...] aceitar a pluralidade de culturas da região como fator positivo e enriquecedor da nossa visão de mundo e do próprio desenvolvimento da sociedade humana”¹². Neste mesmo ano, um Seminário sobre as formas de proteção ao patrimônio imaterial, realizado no Ceará, Brasil, resulta na elaboração da *Carta de Fortaleza*. O objetivo do encontro foi

[...] identificar, proteger, promover e fomentar os processos e bens ‘portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira’ (Artigo 216 da Constituição), considerados em toda a sua complexidade, diversidade e dinâmica, particularmente ‘as formas de expressão, os modos de criar,

de fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas', com especial atenção àquelas referentes à cultura popular.¹³

Como conseqüência destas reflexões, elabora-se um Decreto com o objetivo de instituir no País o registro de bens imateriais constitutivos do patrimônio cultural brasileiro, a partir da criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial¹⁴. Aqui, caberia a pergunta: seria o registro a garantia de que este Patrimônio Imaterial – que engloba os saberes, as celebrações e as manifestações – não se “perderá”? Quanto a esta “supervalorização” do patrimônio no final do século XX, já havíamos mencionado anteriormente (SCHEINER, 2004, p. 140) que a vontade de conservar exprime mais que uma simples nostalgia do passado: ela constitui um verdadeiro trabalho de luto frente a um mundo que desaparece irreversivelmente, e torna obsoletos tanto as práticas culturais como os objetos simbólicos que nos foram sempre tão caros. Neste contexto, “[...] os museus e outros espaços patrimoniais teriam a conotação de ‘álibis do esquecimento’ – especialmente aqueles constituídos por traços materiais, e cuja encampação seria um movimento de certa forma patético: prepara-se uma herança sem que se saiba quais serão os herdeiros” (Ibidem, p. 140).

Apesar destes documentos serem de grande importância para fundamentar as práticas de proteção ao patrimônio – em qualquer um de seus atributos – uma dúvida permanece: para quem se deve desenvolver essas ações de proteção? Os documentos ressaltam a importância da proteção com fins turísticos, baseados num conceito de “patrimônio de todos”, isto é, o patrimônio mundial. Mas o que pode ser de todos, pode acabar sendo de ninguém. Mesmo tendo em mente que o patrimônio mundial diz respeito às gerações futuras, reforçamos aqui a idéia de que cada patrimônio deve significar de formas diferentes, para diferentes indivíduos e/ou comunidades - começando pelos indivíduos que com ele se relacionam a nível local.

Considerações, Recomendações e Declarações: o ICOFOM LAM e sua contribuição para a construção do discurso sobre o Patrimônio

O Subcomitê Regional de Museologia para a América Latina e Caribe – ICOFOM LAM, por ser um comitê voltado para a reflexão teórica acerca da Museologia e tudo que faz parte deste universo, dedicou parte de suas discussões às questões relativas ao patrimônio. Como a produção referente a esta temática é extensa, estaremos nos atendo aos documentos finais dos quinze primeiros encontros, com suas considerações e recomendações.

No âmbito do primeiro encontro do ICOFOM LAM (Buenos Aires, Argentina, 1992) definiu-se *patrimônio integral* como sendo o conjunto que abrange as coleções de museus e seu entorno, incluindo as manifestações imateriais da cultura¹⁵. Uma das moções apresentadas instava o ICOFOM LAM a propiciar a realização de atividades relacionadas com o patrimônio integral¹⁶, destinadas a aumentar a comunicação e estreitar vínculos entre os países latino-americanos¹⁷. Em seguida, no segundo encontro (Quito, Equador, 1993)¹⁸, recomendou-se às autoridades e aos museus que evitassem a utilização arbitrária do patrimônio cultural e/ou natural com fins ideológicos, de poder e de hegemonia¹⁹. O quarto encontro (Barquisimeto, Venezuela, 1995)²⁰ reforçou esta ênfase, recomendando que a comunidade

como “autora e atriz” – deve ter participação na elaboração de pautas para o melhor aproveitamento de seu patrimônio integral. No caso das comunidades étnicas, o Patrimônio integral estará voltado para o Turismo apenas se estas mesmas comunidades decidirem que, como, onde e quando podem compartilhar seu patrimônio²¹.

Voltando ao conceito de Patrimônio Integral, os participantes do sexto encontro (Cuenca, Equador, 1997) afirmaram que este é constituído pela fusão do tangível com o intangível. Apresentam o museu como o espaço ideal para a preservação, interpretação e difusão do Patrimônio Integral, recomendando uma atitude vigilante e comprometida frente a esses processos, sem prejuízo da valorização da memória cultural²². Com um olhar diferenciado sobre o patrimônio, o oitavo encontro (Coro, Venezuela, 1999) afirma que é necessário tratar com seriedade as condições de multietnicidade e pluralidade a partir de propostas orientadas à reconstrução de vínculos cognitivos, afetivos e simbólicos do patrimônio, introduzindo a dimensão da contemporaneidade com olhares criativos e críticos²³. Contudo, no ICOFOM LAM percebeu-se que o uso do termo **patrimônio**, associado indiscriminadamente a múltiplos adjetivos – tais como natural, cultural, móvel, imóvel, tangível, intangível entre outros – dificultava o entendimento e a comunicação entre os profissionais de museus, transformando-se em uma confusão terminológica. Para auxiliar na solução deste problema, propôs-se no décimo encontro (Montevideu, Uruguai, 2001)²⁴ uma permanente análise dos termos **museu** e **patrimônio**, permitindo que esta revisão acompanhe as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais das sociedades. Os participantes recomendaram que se deve adotar uma definição do termo **patrimônio** que inclua suas diferentes manifestações: herdadas, construídas e valorizadas pelas sociedades²⁵.

E a preocupação com o patrimônio a cada encontro se fortifica: o décimo segundo encontro (Salvador, Brasil, 2003)²⁶, ressaltou que parte do patrimônio se descontextualiza ao ser transferido de seu ambiente de origem para outros lugares –seja em território nacional ou para outros países²⁷. Recomendou-se ainda evitar o uso da palavra “conscientizar”, dando preferência ao uso de “comunicar a importância”, em relação ao patrimônio do Outro; e também compreender e interpretar o patrimônio regional como veículo de desenvolvimento social²⁸. O encontro seguinte (Antigua, Guatemala, 2004)²⁹, ressaltou que os objetos materiais do patrimônio cultural são suportes físicos de valores intangíveis, sendo polissêmicos e com diferentes cargas simbólicas. Mas não somente os objetos materiais: o patrimônio natural também é suporte de valores imateriais oriundos dos significados espirituais atribuídos pelo homem, vinculados com sua identidade. Portanto, a conservação do patrimônio imaterial só será possível através do reconhecimento de sua própria dinâmica³⁰. Ao tratar novamente das relações de identidade e patrimônio através do plano afetivo, o décimo quarto encontro (Lima, Peru, 2005) reafirma que as representações da identidade e do patrimônio têm um atributo essencialmente afetivo, imbuído do caráter simbólico da memória pessoal e que o patrimônio ganha significados nos domínios do imaginário, da criação e do afeto³¹.

É importante ressaltar que, no âmbito das discussões do ICOFOM LAM, questões acerca do patrimônio foram tratadas de maneira diferenciada dos documentos oficiais nacionais e da UNESCO. Podemos perceber um outro olhar sobre o patrimônio: olhar este que pôde identificar suas diferentes

manifestações, sempre ligadas a significados imateriais e à identidade de quem o identifica como **seu** patrimônio, tudo isto a partir de uma relação que também pode se dar no imaginário e ser impregnada de afetos. Contudo, tanto os documentos da UNESCO, como os nacionais ou do ICOFOM LAM permanecem, em sua maioria, no domínio de especialistas, restando a uma grande parcela da população **um discurso já decorado sobre patrimônio**: o de um bem histórico tombado – como por exemplo um prédio antigo; uma cidade histórica; ou um conjunto de bens de um indivíduo, empresa ou nação; ou até mesmo uma reserva ambiental. E como se não bastasse: a idéia que ainda vigora no imaginário coletivo é de que estes - e apenas estes - são os únicos registros possíveis de patrimônio, como se não fosse possível a cada indivíduo ter acesso à noção do que o patrimônio realmente é e significa.

O Discurso “extra-oficial”: as outras possibilidades de Ser Patrimônio

Baseado no discurso oficial aqui apresentado, lembramos García Canclini - para quem, mesmo nos países em que este discurso adota uma noção antropológica de cultura, que confere legitimidade a todas as formas de organizar e simbolizar a vida social, existe uma hierarquia dos capitais culturais: a arte vale mais que o artesanato; a medicina científica mais que a popular e a cultura escrita mais que a transmitida oralmente. Até mesmo nos países “mais democráticos” os capitais simbólicos dos grupos subalternos têm um lugar – porém um lugar subordinado, secundário, à margem das instituições e dos dispositivos hegemônicos. Assim, a reformulação do patrimônio em termos de capital cultural tem a vantagem de não representá-lo mais como um conjunto de bens estáveis e neutros, com valores e sentidos fixados, mas como um processo social que, como o outro capital, acumula-se, reestrutura-se, produz rendimentos e é apropriado de maneira diferenciada pelos diversos setores (GARCÍA CANCLINI, 1998, p. 194-195). O autor afirma que

Se considerarmos os usos do patrimônio a partir dos estudos sobre reprodução cultural e desigualdade social, vemos que os bens reunidos na história por cada sociedade não pertencem *realmente* a todos, mesmo que *formalmente* pareçam ser de todos e estejam disponíveis para que todos os usem (Ibidem, p. 194).

Para Canclini – e constatamos pessoalmente este fato - é como se o patrimônio fosse da competência exclusiva de restauradores, arqueólogos e museólogos, que ele denomina “os especialistas do passado” (Ibidem, p. 160). No âmbito desta questão, Scheiner (2004, p.144-145) lembra que o turismo acaba por criar estereótipos que ajudam a sedimentar falsas imagens identitárias de cada país e de sua cultura. No caso brasileiro, representações estereotipadas de ícones nacionais como o Cristo Redentor e o Pelourinho fazem com que o patrimônio se transforme em “cenário”, como se tais representações pudessem resumir toda a riqueza e complexidade desses locais. E isto não se limita ao material: no âmbito do patrimônio imaterial, certas manifestações são também exploradas: Brasil como o país ‘do samba, do carnaval e do futebol’. Portanto, a grande “sedução do patrimônio” se limitaria ao ato de “[...] oferecer efeitos de real a partir de uma combinação teátrica de referências imateriais, convenientemente articuladas sobre os mais diversos cenários, criados pela natureza ou pelo humano” (SCHEINER, 2004, p. 145).

García Canclini identifica de forma semelhante este movimento. Para o autor, este modelo de patrimônio existe como “força política” na medida em que é teatralizado. Como exemplo, cita as comemorações, monumentos e museus.

Ser culto, então, é apreender um conjunto de conhecimentos, em grande medida icônicos, sobre a própria história, e também participar dos palcos em que os grupos hegemônicos fazem com que a sociedade apresente para si mesma o espetáculo de sua origem (GARCIA CANCLINI, 1998, p. 162).

Focalizemos, agora, as exceções - exemplos que nos chamam a atenção pelo ineditismo e pelas relações construtivas com o patrimônio, como é o caso de Coro e La Vela, na Venezuela. As características híbridas que compõem estas cidades podem ser identificadas como presentes na maioria dos países latino-americanos. E nos fascina poder afirmar que o modo de ser ambíguo e plural da sociedade de Coro faz com que nós, latino-americano(a)s, nos reconheçamos e nos identifiquemos com este caso. Trata-se, como já afirmamos anteriormente, de uma “[...] grande metáfora das riquezas e contradições que configuram a nossa América Latina.” (SCHEINER, 2004, p. 164).

O que acontece, neste caso, é que entre as políticas do Instituto de Patrimônio Cultural³² e as do Centro UNESCO/Coro³³, a relação entre comunidade e patrimônio fica mais clara nas narrativas deste último - que se desenvolvem “[...] sob a forma de um discurso alternativo, constituído pela articulação inteligente de conjuntos de relatos de membros da própria comunidade” (Ibidem, p. 161). Destaca-se então a importância da memória coletiva, especialmente a memória oral: são relatos espontâneos, recolhidos, documentados ou produzidos pelo próprio Centro. Nenhuma “[...] abordagem intelectual poderia substituir este olhar sobre a vida comunitária, apenas possível quando a própria comunidade toma a palavra e se apresenta enquanto fato social, enquanto multiplicidade” (Ibidem, p. 162). Para Scheiner, as comunidades de Coro e La Vela, **ao lutarem pela preservação do patrimônio, estão lutando pela sua própria maneira de ser, garantindo o direito de permanecer do jeito que são.** Tomaremos estas premissas como base para a apresentação de outro exemplo.

Projeto “Marolo: Um fruto, várias ideias”

Na cidade de Paraguaçu, na região do Sul de Minas Gerais – região dominada pelo café, possuindo imensas fazendas cafeicultoras, além de agrupar municípios que se “revezam” na posse do título de “melhor café do mundo”, foi iniciado em 2007 um projeto que culminaria, em 2008, com uma exposição, palestras e feira gastronômica sobre um fruto típico da região e muito conhecido na cidade: o Marolo³⁴. Segundo os organizadores³⁵, a iniciativa surgiu da necessidade de abordar um assunto que atendesse ao tema: *“Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento”*, proposto para o Ano Ibero-Americano de Museus. Os organizadores aproveitaram a oportunidade para destacar as influências sócio-econômicas do Marolo neste município, onde, além de servir de grande aliado no sustento de várias famílias – tanto na agricultura como na fabricação dos mais diversos produtos – é também fonte de inspiração para os mais variados movimentos culturais e esportivos da cidade. Tal movimento mobilizou a participação de diversos setores da comunidade, culminando com as receitas de doces e do

licor de Marolo nomeadas como **patrimônio imaterial do município de Paraguaçu**. Para contextualizar, vale citar aqui a fala dos paraguaçuenses sobre seus mais “novos patrimônios”:

O tradicional e muito apreciado doce de marolo que é produzido por muitas de nossas culinárias, tem sua receita passada de geração em geração em nosso município, e a **venda dos frutos em outras cidades da região nos valeu o codinome de ‘MAROLEIROS’, o que hoje muito nos orgulha.** [...] Já a fórmula do licor, que é segredo de família, utiliza uma receita que remonta ao ano de 1912, [...] um aperitivo não só apreciado pelos paraguaçuenses, mas também admirado e comercializado para outras cidades e regiões.³⁶ [Grifo Nosso]

A exposição, que leva o mesmo título do projeto, é composta por fotografias e textos retratando o fruto e as relações, fazeres e costumes a ele vinculados. Tal exposição já circulou em vários municípios da região. Outro fator que muito orgulha os “maroleiros”, como os paraguaçuenses preferem dizer, foi a conquista junto à Prefeitura da 1ª Festa do Marolo³⁷, com o objetivo de englobar diversos setores da comunidade paraguaçuense, promovendo atividades educacionais, esportivas, gastronômicas, ambientais, culturais, técnicas e de lazer. A festa ainda contou com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig e do Sebrae. Para os “maroleiros”:

Essa iniciativa é um prenúncio para que a festa torne-se um acontecimento tradicional no calendário de eventos da cidade, que assim passará a orgulhar-se ainda mais de seu Brasão de Armas, que sustenta em seu escudo, ao lado da haste do café, uma haste da árvore do marolo, o “maroleiro”.

Aí está o grande potencial do patrimônio, **quando ele é percebido e assumido pelos seus verdadeiros herdeiros: a sociedade e/ou comunidade para quem este patrimônio realmente significa.** Baseada nessa premissa, podemos afirmar que esta relação se dá, através dos sentidos e da emoção, com a “face intangível do Patrimônio” (SCHEINER, 2004, cap. 02), presente em todas as suas formas e manifestações. Esta relação configura um diálogo que legitima a capacidade comunicacional do patrimônio, que abrange o conjunto de processos integrados de invenção, difusão, aculturação e devolução de experiências humanas (Ibidem, p. 270).

Considerações finais – A (re) construção da narrativa do Patrimônio

Quem decide então o que deve ser preservado ou não? Quem decide o que é patrimônio? Se pararmos para ouvir, poderemos perceber, nas múltiplas falas dos diferentes povos que compõem a América Latina, suas necessidades e escolhas – o que realmente lhes é importante preservar... Portanto, seria fundamental **apreender o patrimônio não como discurso** – movimento este que se esgota no ato da enunciação, **mas como instância narrativa**, que por sua vez é capaz de dizer, em continuidade, as relações entre o humano e seus mundos. Não apenas isto: é necessário apreendê-lo ainda para além da linguagem, em direção aos diferentes mundos perceptuais que configuram o universo do imaginário (SCHEINER, 2004, p. 272-273). O que é necessário entender é que cada indivíduo ou comunidade pode identificar, valorizar e nomear o que é o seu Patrimônio. Talvez a nossa função – como profissionais desta área – seria a de gerar subsídios para uma melhor compreensão, através de um conjunto de dispositivos que incluiria até mesmo os documentos produzidos pelo discurso oficial.

Voltando ao ponto de partida, como ficaria então esta relação com o patrimônio, numa sociedade onde até mesmo os relacionamentos são descartáveis? Acreditamos que a chave esteja em nós mesmos: como em qualquer momento da História, o homem contemporâneo anseia por um porto seguro, algo que o defina para si mesmo e com relação a sua origem; e aponte algumas alternativas de caminhada futura. O patrimônio poderia ser este porto de chegada – ou melhor, uma breve parada para reflexão sobre a natureza humana, sobre a nossa relação com a natureza, a cultura, a identidade. Se estamos neste mundo de passagem, desejamos deixar algum legado para as gerações futuras - não algo parado no tempo, mas algo que esteja tão impregnado de nós, que através de sua manifestação as gerações futuras possam, de alguma forma, nos ver e nos perceber. O patrimônio poderia ser uma instância narrativa da nossa história, da nossa passagem pelo planeta.

REFERÊNCIAS:

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001. 258p.
- CARTA de Brasília. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=265> >. Acesso em: 29 dez. 2006.
- CARTA de Fortaleza. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=268>>. Acesso em: 29 dez. 2006.
- CASTORIADIS, Cornelius. As Encruzilhadas do Labirinto I. In: **Coleção Rumos da Cultura Moderna**. v. 53. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade. Ed. UNESP, 2001.
- CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/constituicao/artigosconstit.htm> >. Acesso em 18 dez. 2006.
- COSTA, Igor Fernando Rodrigues da; LIMA, Diana Farjalla Correia. Patrimônio, Herança, Bem e Monumento: Termos, usos e significados no campo museológico. In: **ISS: ICOFOM STUDY SERIES**, Córdoba, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, n. 35, p. 243-250, Sept. 2006.
- CURY, I. **Cartas patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2001. 384p. DECRETO-LEI n.º 25 de 30 de novembro de 1937. Disponível em: < <http://www.antt.gov.br/legislacao/Regulacao/suerg/Dec-lei25-37.pdf> >. Acesso em; 18 dez. 2006.
- DOCUMENTO do MERCOSUL. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=269> >. Acesso em: 29 dez. 2006.
- ECO, Umberto. **A estrutura ausente**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976. 426p.
- GAARDER, Jostein. **O mundo de Sofia**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995. 555p.
- GARCIA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade**. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1998. 385p.
- ICOFOM LAM. Carta de Coro. ENCUENTRO DEL COMITÉ REGIONAL PARA A AMÉRICA LATINA Y CARIBE / ICOFOM LAM (8). Coro [Venezuela]. In: **El pensamiento museológico latinoamericano** – los documentos del ICOFOM LAM. Córdoba: ICOFOM LAM, 2006. p. 49-52.
- _____. Carta de Cuenca. ENCUENTRO DEL COMITÉ REGIONAL PARA A AMÉRICA LATINA Y CARIBE / ICOFOM LAM (6). Cuenca [Ecuador]. In: **El pensamiento museológico latinoamericano** – los documentos del ICOFOM LAM. Córdoba: ICOFOM LAM, 2006. p. 38-44.
- _____. Conclusiones y Recomendaciones. ENCUENTRO DEL COMITÉ REGIONAL PARA A AMÉRICA LATINA Y CARIBE / ICOFOM LAM (1). Buenos Aires [Argentina]. In: **El pensamiento museológico latinoamericano** – los documentos del ICOFOM LAM. Córdoba: ICOFOM LAM, 2006. p. 17-19.
- _____. Conclusiones y Recomendaciones. ENCUENTRO DEL COMITÉ REGIONAL PARA A AMÉRICA LATINA Y CARIBE / ICOFOM LAM (2). Quito [Ecuador]. In: **El pensamiento**

museológico latinoamericano – los documentos del ICOFOM LAM. Córdoba: ICOFOM LAM, 2006. p. 20-26.

_____. Declaración de Barquisimeto. ENCUENTRO DEL COMITÉ REGIONAL PARA A AMÉRICA LATINA Y CARIBE / ICOFOM LAM (4). Barquisimeto [Venezuela]. In: **El pensamiento museológico latinoamericano** – los documentos del ICOFOM LAM. Córdoba: ICOFOM LAM, 2006. p. 30-35.

NORMAS de Quito. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238> >. Acesso em 28 nov. 2006.

PATRIMÔNIO. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Patrim%C3%B4nio> >. Acesso em: 29 dez. 2006.

PATRIMÔNIO histórico. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Patrim%C3%B3nio_hist%C3%B3rico>. Acesso em: 29 dez. 2006.

SOCIEDADE das Nações. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_das_Na%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 29 dez. 2006.

SCHEINER, Tereza. **Imagens do não-lugar**: comunicação e os novos patrimônios. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, Rio de Janeiro, 2004.

UNESCO. Disponível em: <http://portal.unesco.org/es/ev.php_URL_ID=6207&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 29 dez. 2006.

¹ Bens de família.

² Criada após a Primeira Guerra Mundial, com o objetivo de reunir todas as nações, visando a mediação entre elas e manter a paz mundial. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/liga-das-nacoes/>>. Acesso em: 11 ago. 2010.

³ DECRETO-LEI n.º 25 de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <<http://www.antt.gov.br/legislacao/Regulacao/suerg/Dec-lei25-37.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2006.

⁴ NORMAS de Quito. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>>. Acesso em: 28 nov. 2006.

⁵ DECLARAÇÃO do México. Conferência mundial sobre políticas culturais. México, 1985. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=255>>. Acesso em: 29 dez. 2006.

⁶ Ibidem.

⁷ Encontro de civilizações nas Américas. Cabo Frio, 1989.

⁸ CONSTITUIÇÃO da República dos Estados Unidos do Brasil (16 de julho de 1934). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em 05 dez. 2010.

⁹ CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/constituicao/artigosconstit.htm>>. Acesso em 18 dez. 2006.

¹⁰ Documento Regional do Cone Sul sobre autenticidade. Brasília, 1995.

¹¹ CARTA de Brasília. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=265> >. Acesso em: 29 dez. 2006.

¹² DOCUMENTO do MERCOSUL. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=269> >. Acesso em: 29 dez. 2006.

¹³ CARTA de Fortaleza. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=268> >. Acesso em: 29 dez. 2006.

¹⁴ DECRETO n.º 3551 de 04 de agosto de 2000. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/benstombados/File/Leis_e_Dcretos/DECF3551IMA.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2006.

¹⁵ ICOFOM LAM. Conclusiones y Recomendaciones. ENCUENTRO DEL COMITÉ REGIONAL PARA A AMÉRICA LATINA Y CARIBE / ICOFOM LAM (1). Buenos Aires [Argentina]. In: **El pensamiento museológico latinoamericano – los documentos del ICOFOM LAM**. Córdoba: ICOFOM LAM, 2006. p. 18.

¹⁶ Esta visão de patrimônio integral baseia-se numa visão holista de mundo, onde o patrimônio está profundamente interligado com o que está a sua volta, ou como alguns preferem, com o seu entorno. Porém este termo é criticado por alguns teóricos que o consideram redundante. Neste trabalho consideraremos a existência deste termo.

¹⁷ ICOFOM LAM, op. cit., p. 19.

¹⁸ O II Encontro Regional do ICOFOM LAM intitulado “Museologia, Museus, espaço e poder na América Latina e Caribe”, ocorreu em Quito, no Equador, em 1993.

¹⁹ ICOFOM LAM. Conclusiones y Recomendaciones. ENCUENTRO DEL COMITÉ REGIONAL PARA A AMÉRICA LATINA Y CARIBE / ICOFOM LAM (2). Quito [Ecuador]. In: op. cit., p. 25.

²¹ O tema do IV ICOFOM LAM foi: “Patrimônio, Museus e Turismo na América Latina e Caribe: um desafio inquietante”.

²² ICOFOM LAM. Declaración de Barquisimeto. ENCUENTRO DEL COMITÉ REGIONAL PARA A AMÉRICA LATINA Y CARIBE / ICOFOM LAM (4). Barquisimeto [Venezuela]. In: op. cit., p. 30.

²³ ICOFOM LAM. Carta de Cuenca. ENCUENTRO DEL COMITÉ REGIONAL PARA A AMÉRICA LATINA Y CARIBE / ICOFOM LAM (6). Cuenca [Ecuador]. In: op. cit., p. 40.

²⁴ ICOFOM LAM. Carta de Coro. ENCUENTRO DEL COMITÉ REGIONAL PARA A AMÉRICA LATINA Y CARIBE / ICOFOM LAM (8). Coro [Venezuela]. In: op. cit., p. 51.

²⁵ O décimo encontro intitulou-se "Museus, Museologia e Patrimônio intangível na América Latina e Caribe".

²⁶ ICOFOM LAM. Carta de Montevideo. ENCUESTRO DEL COMITÉ REGIONAL PARA A AMÉRICA LATINA Y CARIBE / ICOFOM LAM (10). Montevideo [Uruguay]. In: op. cit., p. 59-60.

²⁷ Ocorrido na cidade de Salvador, na Bahia, em dezembro de 2003. O tema foi "Museus e Patrimônio Regional na América Latina e Caribe".

²⁸ ICOFOM LAM. Declaración de Bahía. ENCUESTRO DEL COMITÉ REGIONAL PARA A AMÉRICA LATINA Y CARIBE / ICOFOM LAM (12). Salvador, Bahía [Brasil]. In: op. cit., p. 76.

²⁹ Ibidem, p. 77.

³⁰ XIII Encontro Regional do ICOFOM LAM. O tema foi: "Museus, Museologia e Patrimônio Intangível na América Latina e Caribe: uma visão integrada".

³¹ ICOFOM LAM. Carta de Antigua. ENCUESTRO DEL COMITÉ REGIONAL PARA A AMÉRICA LATINA Y CARIBE / ICOFOM LAM (4). Antigua [Guatemala]. In: op. cit., p. 83.

³² ICOFOM LAM. Carta de Lima. ENCUESTRO DEL COMITÉ REGIONAL PARA A AMÉRICA LATINA Y CARIBE / ICOFOM LAM (14). Lima [Peru]. In: op. cit., p. 90-91.

³³ IPC – Instituto de Patrimônio Cultural, equivalente ao IPHAN no Brasil.

³⁴ "[...] Associação sem fins lucrativos, destinada à defesa, preservação e conservação do patrimônio do Estado Falcón e da Venezuela. Um dos objetivos do Centro é atuar na formação de uma consciência pública sobre todos os aspectos relacionados ao patrimônio - divulgando, defendendo e conscientizando a população local sobre os princípios básicos da UNESCO relativos aos valores éticos e ao desenvolvimento sociocultural." SCHEINER, op. cit., p. 63.

³⁵ Fruta típica do cerrado brasileiro.

³⁶ Entre os quais destacamos a Historiadora Gilmara de Carvalho e o Bacharel em Administração Sandro Palhão. Naquele momento trabalhavam no Museu Municipal de Paraguaçu.

³⁷ FOLHA ARTE & CULTURA, 2ª Edição, abril de 2010.

³⁸ Em parceria com a Universidade Federal de Alfenas e o Escritório Local da Emater.